O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ANA PAULA PINCERNI FANTONI

RESUMO

Se o professor acreditar que incluir é destruir barreiras e que ultrapassar as fronteiras é viabilizar a troca no processo de construção do saber e do sentir, ele exercerá seu papel, fundamental, para assegurar a educação inclusiva que todos nós desejamos, semeando assim um futuro que sugerirá menos discriminação e mais comunhão de esforços na proposta de integrar e incluir. OBJETIVO: O estudo tem como objetivo, ressaltar sobre a importância do professor na educação inclusiva os desafios encontrados em sua prática e importância do seu papel tendo consciência de que a educação continuada é fundamental para o sucesso desse aluno. MÉTODO: Este estudo apresenta uma visão ampla do tema, a fim de que se possam ajustar alguns dos conhecimentos prévios com uma base comum para estudos posteriores por meio de uma metodologia de pesquisa bibliográfica, em textos que buscam envolver autores que discutem a temática em questão. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A inclusão no meio escolar ainda é um tema polêmico, embora seja um direito de todos frequentar a escola regular, este trabalho procurou demonstrar que pensar a inclusão é viver a experiência da diferença e vencer os preconceitos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva; Papel do professor; Escola; Inclusão.

ABSTRACT

If the teacher believes that to include is to destroy barriers and that going beyond borders is to enable exchange in the process of building knowledge and feeling, he will play his fundamental role in ensuring the inclusive education that we all desire, thus sowing a future that it will suggest less discrimination and more commonality of efforts in the proposal to integrate and include. OBJECTIVE: The study aims to highlight the importance of the teacher in inclusive education, the challenges encountered in their practice and the importance of their role, being aware that continuing education is essential for the success of this student. METHOD: This study presents a broad view of the subject, so that some of the previous knowledge can be adjusted with a common basis for further studies through a bibliographic research methodology, in texts that seek to involve authors who discuss the theme in question. FINAL CONSIDERATIONS: Inclusion in the school environment is still a controversial topic, although it is everyone's right to attend regular school, this work sought to demonstrate that thinking about inclusion is living the experience of difference and overcoming prejudice.

KEYWORDS: Inclusive education; Teacher's role; School; Inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta refletir a respeito do papel do professor na educação inclusiva, ressaltando algumas leis que contribuíram para garantir o direito de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

Evidencia-se também um breve conceito de inclusão social, necessidades educacionais especiais e integração. Para que haja de fato uma educação inclusiva é imprescindível que os professores busquem capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada, a fim de proceder à mediação ao receber alunos com necessidades educacionais especiais, visando um ensino que respeite as diferenças e particularidades de cada indivíduo.

Para tanto, a metodologia utilizada foi um levantamento bibliográfico e de caráter qualitativo a partir de Freire (2005), Garcia (1997), Mantoan (2005), entre outros, onde através do qual se percebe a importância da educação inclusiva para os alunos com necessidades educacionais especiais e as leis que garantem a sua efetiva participação no ensino regular, fazendo com que as escolas busquem novos paradigmas e revejam a ampliação de seu Currículo e de seu Projeto Político Pedagógico, apoiando os professores no processo de ensinoaprendizagem, valorizando um ensino que leve em considerações as diferenças de cada um. Por fim, a inclusão implica uma mudança nas políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo, formando um ambiente onde a prática não precisa estar limitada a um sistema errôneo ligado a paradigmas que segregam a real intenção do promover a educação.

DESENVOLVIMENTO

Ressaltaremos o primeiro momento em que apresentaremos algumas das dificuldades encontradas pelo professor ao receber esse aluno incluindo o preconceito e a dificuldade por falta de capacitação adequada.

Nesse sentido, cabe reiterar a importância do papel do professor como mediador no processo ensino aprendizagem da criança com necessidades especiais, a fim de perceber como estão sendo construídos os conceitos e como podem ser ressignificados por meio da sua linguagem. Para Vygotsky (2000), em consonância com Orrú (2010),

A linguagem não é apenas o ato de comunicar, mas uma ferramenta do pensamento que encontra sua unidade com o próprio pensamento no significado das palavras. Assim, o trabalho com o significado traz consigo a realização do processo de generalização durante a busca da apropriação de conhecimentos por parte do aluno (VIGOTSKI, 2000, p. 09).

Vivemos um momento muito importante em que as escolas têm buscado a capacitação de seus funcionários e professores. Isso ocorre por fatores como:

Os professores desconhecem aspectos relacionados a síndromes e suas características específicas;

As escolas não "operam no tempo destes alunos", não entendem que eles necessitam de mais tempo para concluir as suas tarefas, para organizar seu material e para orientar-se durante as mudanças e transições;

Os professores, por falta de capacitação não sabem da importância de simplificar a sua linguagem usando termos diretos, simples, de forma clara e em ritmo lento.

Explicações longas, com o mesmo tom de voz e sem apoio visual atrapalham e contribuem para a dispersão.

Segundo Goodman (1987), em consonância com Gonring, Mesquita (2007), o sujeito a ser precisa se tornar visível sobre o olhar de que a aprendizagem ocorre ao longo da vida, já que esse aluno vai se constituindo na relação que estabelece com o outro e pelos processos de mediação e nas oportunidades que ele tem de aprendizagem.

É preciso entender que a diferença não é um impeditivo de aprendizagem, mas sim uma potência. Não desconsideramos que as questões aqui apresentadas nos ajudam a pensar o sujeito, mas precisamos nos desafiar a descobrir outras características que a pessoa com necessidades especiais as pessoas ainda não escreveram.

No período que se estende desde a Primitividade, passando pela Antiguidade, até o final da Idade Média, as exigências das aptidões físicas contribuíram para a exclusão, a eliminação e o abandono da pessoa com deficiência, e isso representava alternativas de sobrevivência do grupo social, não uma maldade deliberada. Logo, a etapa do extermínio também se constituía como um momento de luta e sobrevivência, mas aqueles cujas aptidões comprometessem o desenvolvimento do grupo, na maioria nômade, tinham que ser eliminados.

As pessoas, suas deficiências e, suas capacidades são apreendidas, valoradas de acordo com o desenvolvimento dos instrumentos tecnológicos, o compartilhar dos valores e produtos culturais, a percepção do outro, o respeito aos direitos como ser humano, considerando-se suas necessidades no tempo e lugar em que se localizam. Nesse sentido, não é a deficiência, a perda de uma função biológica, que determina a aceitação ou a exclusão da pessoa. O estágio de formação das pessoas, instituições, programas e direitos à acessibilidade e ao usufruto dos bens culturais vão autorizar ou negar os benefícios das conquistas da civilização.

A conquista do direito à vida e a superação daquelas crenças negativas e daqueles limites materiais dependeram de transformações históricas e de lutas políticas, porque nenhum direito nos é concedido espontaneamente. A relação da pessoa com deficiência sempre causou estranhamento à sociedade. Na Primitividade, a deficiência era concebida como algo sobrenatural. Naquele período, reinavam as forças da natureza, ou seja, o ser humano se subordinava à determinação natural. A existência humana era obtida mediante o enfrentamento dos limites materiais daquele momento histórico. Diante da necessidade da força física, a pessoa com deficiência apresentava limitações funcionais. Havia a fragilidade do biológico frente às agruras da natureza.

Cada sociedade oferece aos membros do grupo os seus próprios limites. Assim, a pessoa com deficiência necessitava ser abandonada, devolvida à natureza, considerada a mãe superior, aquela que nutria os corpos famintos movidos pelo medo, pelo instinto de lutar e sobreviver ante os riscos do predador iminente. A atenção formal às pessoas com deficiência iniciou-se com a criação de internatos, ainda no século XIX, sendo ideia importada da Europa, no período imperial. Foram criados o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), por Dom Pedro II, por meio do Decreto Imperial n. 1.428, de 12 de setembro de 1854, e o Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), na então capital do Império, o Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1857.

As crianças com deficiência intelectual eram encaminhadas à educadora sanitária, que devia assegurar que a escola só as aceitasse se não atrapalhassem o bom andamento da classe. Subordinada à Medicina, a Educação Inclusiva assumia uma concepção voltada para a cura e para a reabilitação. Não havia a pesquisa sobre o conhecimento válido nem sobre as metodologias que valorizassem as diferenças e capacidades singulares. Profissionais da área da Medicina e da Psicologia concediam o laudo para a segregação dos que prejudicavam o bom andamento da escola (BIANCHETTI, 1993, p.35).

Nos anos 50, ocorreu a expansão de entidades assistenciais, de caráter privado, o que desobrigava o poder público de oferecer atendimento educacional inclusivo. Em 1957, 58 e 60, o sistema público instituiu as cam-

panhas nacionais para a educação dos cegos, dos surdos e da pessoa com deficiência intelectual.

São organizados dois sistemas paralelos de educação para os estudantes com deficiência: a educação comum, com as classes especiais, e as escolas especiais, com os centros de reabilitação, tendo como objetivo a aquisição de habilidades para a integração social e preparação para o trabalho. As escolas especiais exerciam um papel revolucionário, pois ofereciam o acesso à educação aos sujeitos que não tinham esse direito previsto em lei. Essa é a prova de que a organização social e política é transformadora do Estado, do direito, das políticas e do próprio ser humano. A

Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei n. 4.024/61 – veio explicitar o compromisso do poder público brasileiro com a Educação Inclusiva, nos artigos 88 e 89, no momento em que ocorria um aumento crescente das escolas públicas no País. No Art. 88, a Educação Inclusiva é enquadrada no sistema geral de educação. Ou seja, estudante deve ser integrado na comunidade, quando for possível. No Art. 89, o Estado encarrega-se de conceder subvenção às escolas.

Em 1971, a Lei n. 5.692/71 definiu que os alunos com deficiência física, intelectual ou superdotação, que apresentassem defasagem na idade de matrícula, receberiam tratamento inclusivaizado. O Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) n. 848/72 recomenda a implementação de técnicas e serviços inclusivaizados para atender o alunado da Educação Inclusiva. Isso significava a ênfase na Educação Inclusiva e não na integração do aluno com deficiência.

A partir da década de 90, o Brasil aderiu à Declaração da Educação para Todos, produzida em Jomtien, Tailândia, em 1990, e foi signatário da Declaração de Salamanca (1994), produzida em Salamanca, Espanha, em 1994, ambas conferências mundiais da UNESCO. Ao assumir tais compromissos, passou a promover ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, para acolher a todos, indiscriminadamente, com qualidade e igualdade de condições. Desde 1995, o Brasil compromete-se com a construção de um sistema educacional inclusivo.

Em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) vieram nortear e orientar os profissionais da educação quanto à relação professor/ aluno no desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem eficaz e significativo. Como passo subsequente a essa coletânea, o MEC/ SEESP publicou os PCN – Adaptações Curriculares em Ação, objetivando fortalecer o suporte técnico-científico aos profissionais da educação, de maneira geral.

Em 1999, o Decreto n. 3.298 regulamenta a Lei n. 7.853, de 1989, e dispõe as competências da Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, fixando-as sob a responsabilidade da CORDE, cuja finalidade é elaborar políticas e programas relacionados às necessidades da pessoa com deficiência, orientando e acompanhando sua execução.

A Educação Inclusiva:

> [...] constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga a igualdade e diferença como valores indissociáveis, que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 1997, p.1).

As políticas, a cultura e as pedagogias inclusivas tomam a pessoa humana como sujeito de direitos, com igualdade de oportunidades, igualdade jurídica, diversidade de condições, recursos de acessibilidade, de comunicação e códigos linguísticos.

Desde suas origens, até a efetivação do Atendimento Educacional Inclusivaizado (AEE), em 2009, a Educação Inclusiva configurava-se como um sistema paralelo ao ensino comum, isto é, em classes especiais, escolas especiais, centros de reabilitação. Nesse sistema paralelo, a Educação Inclusiva exercia a função substitutiva para aqueles que não conseguiam acompanhar a educação comum regular. Essa posição paralela da Educação Inclusiva era considerada discriminatória, o que indicava a necessidade de políticas que implementassem um único modelo de educação: a Educação Inclusiva. Em razão disso, a matrícula preferencialmente nas escolas regulares, constante no artigo 208 da Constituição Federal, passava a ser um desafio a ser superado, por meio da organização da Educação Inclusiva na perspectiva da inclusão escolar.

A Educação Inclusiva, no Art. 29 da Resolução n. 4 do CNE de 2010, é definida como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. É parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam o conceito de transversalidade. O documento considera que:

> A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) [...] Os Temas Transversais, portanto, dão sentido social a procedimentos e conceitos próprios das áreas convencionais, superando assim o aprender apenas pela necessidade escolar

(BRASIL, 1997, p. 30).

Toda política precisa conter os princípios e as metas. Os princípios são os valores que servem como sustentação para planejar todas as ações educativas, desde os recursos financeiros, até o modo como avaliar os estudantes. Os princípios fundamentam as escolhas dos conhecimentos, os procedimentos e as atitudes que contribuem para formação de cada estudante singular. Já as metas expressam os sonhos, as utopias, os resultados que almejamos no sentido de qual ser humano pretendemos formar e em qual sociedade conviver

Um pressuposto fundamental para analisar as políticas é a desigualdade dos direitos relacionados às pessoas com deficiência, às mulheres, aos negros, aos indígenas, às pessoas homoafetivas, às crianças, aos idosos, etc. A história atesta que os direitos são desiguais para grupos sociais e pessoas distintas.

A constatação da diversidade cultural, das necessidades e das capacidades das pessoas com deficiência clama por outras práticas pedagógicas.

Uma política que pretenda ser inclusiva necessita reconhecer e identificar os processos históricos de produção da exclusão e de negação dos direitos fundamentais. Há conquistas sobre as quais podemos nos apoiar, como ponto de partida, mas há lacunas, feridas, processos de discriminação, de rotulação, inferiorização que precisam ser enfrentados.

Se a educação expressa os valores e o conhecimento humano mais desenvolvido de cada época, temos de construir uma escola que oportunize a manifestação dos sujeitos, de tal modo que suas diferenças sejam notadas e respeitadas. Já é o tempo em que não basta falar que educação é tudo. É preciso conhecê-la como a ciência mais valorizada e mais complexa. É valorizada porque nos permite mergulhar nas origens da obra humana, nas transformações e nas versões mais belas de nós mesmos. É complexa porque os sujeitos são singulares, ávidos para assumir o palco das trocas, desfilar seus corpos, imagens, afetos e obter o reconhecimento social.

Podemos concluir que o professor tem uma função primordial, de forma social e educacional, a escola deve estar aberta para os alunos e suas limitações, o professor deve se incluir e buscar metodologias, onde o aluno sinta-se acolhido pela comunidade escolar e dentro das suas capacidades possa aprender e se desenvolver de maneira digna e sadia.

Inclusão, inclusão, inclusão...

É de inclusão que se vive a vida. Para Paulo Freire (2005), é assim que os homens aprendem, em comunhão. “O homem se define pela capacidade e qualidade das trocas que estabelece”. Inseridos numa sociedade que exige saber conviver para sobreviver, necessitamos cada vez mais nos esforçar para garantir a inclusão deles, desde os primeiros anos de idade, em todos os espaços sociais, e a escola não está à parte desse espaço.

É fato que ao longo da vida, em nossas tantas lutas adaptativas, encontramos pessoas que nos facultam apoio e formação, seja de caráter ou de conhecimento teórico, para seguirmos nosso caminho. Não poderia ser diferente na educação formal. Assim, é que no âmbito escolar - em sala de aula, no pátio, no refeitório, enfim, em cada parte -, o professor tem papel decisivo e de imensa responsabilidade nesse processo.

É evidente, que a ação do professor é de grande importância para o sucesso da inclusão desse aluno no ensino regular. A prática educacional deve ser intencional e não pode limitar-se as tarefas escolares, principalmente com aqueles alunos que precisam de um atendimento específico ou o uso de recursos e técnicas especiais.

A organização e sistematização de atividades pedagógicas específicas são necessárias ao desenvolvimento integral do aluno, como também propor e adaptar atividades lúdicas, prazerosas e situação de interação, socialização e participação coletiva com os demais alunos.

A legislação, de certa forma, procura oferecer condições necessárias estabelecendo possibilidade de flexibilização e diversificação. No entanto, no cotidiano da escola, no interior das salas de aula, os procedimentos pedagógicos parecem ainda tender para uma homogeneização e linearidade, desconsiderando-se as diferenças importantes.

Outro ponto importante é o envolvimento que deve existir entre o professor especializado e o professor da sala regular, para que juntos possam discutir e buscar melhorias no atendimento desses alunos para que possa favorecer seu desenvolvimento e dessa forma a inclusão desse aluno seja realmente efetivada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, não se pode negar que a inclusão ainda é considerada um desafio, porém não é desafio impossível. Se o professor acreditar que incluir é destruir barreiras e que ultrapassar as fronteiras é viabilizar a troca no processo de construção do saber e do sentir, ele exercerá seu papel, fundamental, para assegurar a educação inclusiva que todos nós desejamos, semeando assim um futuro que sugerirá menos discriminação e mais comunhão de esforços na proposta de integrar e incluir.

A inclusão da diversidade contempla

as dificuldades enfrentadas na efetiva inserção das pessoas com necessidades educativas especiais, na medida em que se preocupa com as diferenças individuais e discorre sobre a prática docente voltada para a inclusão, na intenção de mobilizar educadores tratando do compromisso com a transformação social.

Na medida em que se apresentam novas propostas educativas, a educação tem mostrado avanços em relação à inclusão social.

Cabe ao educador aprimorar-se para proporcionar meios de absolvição e aproveitamento dos conteúdos oferecidos, organizar e planejar-se é essencial para a utilização das atividades e ferramentas facilitadoras, quanto ao desenvolvimento da pessoa com necessidades especiais. Estas atividades devem ser atraentes levando os alunos a serem estimulados para novas descobertas, e através destas, serão avaliadas a evolução dos alunos a elas submetidos, estas estratégias auxiliam a autonomia e aprendizagem deles.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (orgs.) Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 3. ed. Campinas: Papirus, 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARCIA, T. ; RODRIGUEZ, C. (1997). A Criança Autista. In R. Bautista (coord.), Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Dinalivro.

GOODMAN, C. M. Asperger Syndrome: A Case Report. Journal of Roy Col of Gen Pract, London, n. 37, p. 414-415, 1987.

GONRING, Vilmara. ; MESQUITA, Guida. A criança com Síndrome de Asperger na Escola Comum: Um Olhar Inclusivo. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

MANTOAN, M. T. et al. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Mennon, 2005

VYGOTSKY, L. S. (2000). Uma construcÃo do pensamento e linguagem. [A Construção do Pensamento e da Linguagem.] São Paulo: Martins Fontes.